7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): "Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

Área Temática: Análise de Política Externa

BLOCO NO PODER E AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI: GOVERNO LULA À BOLSONARO (2003-2022)

Antonio Pedro Bandeira de Mello de Miranda – PPGPRI-UFABC

Agência de fomento: UFABC

12 a 14 de Dezembro de 2024

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre

Resumo Expandido

Ao olharmos para os estudos de análise de política externa brasileira, no que se refere as suas relações com seu entorno regional, nota-se uma ampla produção acadêmica e destaque sobre a alguns países específicos, principalmente a Argentina, em detrimento de outros países da região, sendo um deles o Paraguai. Por consequência, poucos são os trabalhos que tentam fazer uma avaliação geral das relações entre Brasil e Paraguai, especialmente nos períodos mais recentes, havendo principalmente uma lacuna no que se refere a interpretações marxistas sobre essa relação.

Em razão do exposto, busca se responder como se desenvolveram as relações entre Brasil e Paraguai no período entre os governos Lula e Bolsonaro. Portanto, este artigo objetiva realizar uma análise de como se deu as relações do Brasil com o Paraguai entre os anos de 2003 até 2022 sob a lente teórica da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas. Compreende-se que o desenvolvimento da relação entre os dois países e os temas prioritários abordados em cada governo está relacionado a qual é a fração hegemônica no bloco no poder em cada período. Nos momentos em que a burguesia interna detém a hegemonia no bloco no poder a relação com o Paraguai vai abordar temas para além da pauta econômico-comercial e haverá mais abertura para dialogo e cessão para demandas paraguaias, enquanto quando a burguesia associada for fração hegemônica a relação com o vizinho vai ser focada, quase que única e exclusivamente, em pautas econômicas, comercias e de segurança e o Brasil adotará uma posição mais rígida e inflexível frente as demandas do vizinho.

Esse artigo utilizará fontes bibliográficas, principalmente artigos, dissertações e teses, como também fontes documentais, acordos assinados entre os dois países e documentos oficiais do governos e dados sobre investimentos brasileiros no Paraguai. Por fim, o artigo está dividido, para além dessa introdução, em mais quatro partes: apresentação da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas e sua contribuição para a análise da política externa, bloco no poder e política externa brasileira do período, relações Brasil-Paraguai e bloco no poder e encerrando com uma breve conclusão.

Entende-se que a Teoria Marxista do Estado de Poulantzas pode melhor oferecer explicações sobre análise de política externa, devido ao entendimento mais aprofundado que ela proporciona sobre a atuação do Estado e das classes dominantes na política externa, a partir dos conflitos políticos e econômicos entre as classes e frações de classe no interior de uma formação social (Berringer, 2014). Para compreender a relação entre as classes, o Estado e a política externa é preciso entender o conceito de bloco no poder. Segundo Poulantzas (2019, p.306) “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica”, sendo a fração hegemônica aquela detém em seu controle o poder de Estado e consegue priorizar seus interesses específicos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, ou segundo Berringer (2014), de política externa. Os Estados dependentes apresentam três tipos de burguesias, caracterizadas pela origem de seu capital e seus posicionamentos ideológicos e políticos em relação ao imperialismo, sendo elas: burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna. (Berringer, 2014). A depender de qual destas for a fração hegemônica no bloco no poder a atuação internacional do Estado refletirá os interesses desta.

Durante os períodos em que o PT esteve no poder (2003-2016) a fração hegemônica no bloco no poder foi a burguesia interna, que formou uma frente política com as classes populares chamada de frente neodesenvolvimentista (Boito Jr e Berringer, 2013).Nesse sentido, os interesses internacionais da grande burguesia interna, sendo eles o apoio do estado na conquista de novos mercados para exportação de capital e mercadorias, prioridade de seus produtos e serviços nas compras estatais e maior proteção do Estado para com o mercado interno, foram responsáveis por e contemplados pela atuação internacional do Estado brasileiro (Berringer, 2014). Ao mesmo tempo que contemplou alguns interesses das classes populares como a dimensão social da integração regional na UNASUL e MERCOSUL. Na relação com o Paraguai este período ficou marcado pelo aumento do intercambio comercial entre os dois países, maior cooperação em temas sociais, e pela revisão do tratado de Itaipu (Almeida, 2015; Espósito Neto e Paula, 2015; Paula, 2014).

No período dos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022) a fração hegemônica no bloco no poder foi a burguesia associada, que estabeleceu a frente neoliberal ortodoxa, composta também pela alta classe média e pelo capital externo (Boito Jr, 2018). Em consequência a política externa adotou uma posição de subordinação passiva frente ao imperialismo, envolvendo a reaproximação com os EUA, interesse renovado na renegociação do acordo MERCOSUL-UE, retorno ao modelo de regionalismo aberto, encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul e alinhamento automático e ideológico ao governo de Donald Trump (Berringer e Forlini, 2018; Souza, 2023). Na relação com Paraguai, entre os anos de 2016 a 2022, os interesses da burguesia associada e a frente neoliberal ortodoxa foram priorizadas com ênfase, quase que única exclusivamente, em temas econômico-comerciais e securitários. Isto pode ser visto na acordos firmados tanto na relação bilateral como no âmbito do MERCOSUL, no qual foram firmados acordos para facilitação de investimento, comércio e segurança, além de posições conjuntas em relação a crise na Venezuela, a defesa conjunta do retorno ao modelo de regionalismo aberto no MERCOSUL (Brasil, 2020; Espósito Neto e Frachini, 2022; Mercosul, 2017a). Destaca-se aqui também a crise da ata bilateral secreta em relação a Itaipu em 2019, que quase derrubou o governo paraguaio (ABC Color, 2019; Brasil-Paraguai, 2019; Schreiber, 2019)

Palavras Chaves: Relações Brasil-Paraguai, Bloco no Poder, Burguesia Interna, Burguesia Associada

Introdução

Ao olharmos para os estudos de análise de política externa brasileira, no que se refere as suas relações com seu entorno regional, nota-se uma ampla produção acadêmica e destaque sobre a alguns países específicos, principalmente a Argentina, em detrimento de outros países da região, sendo um deles o Paraguai. Essa negligência com o país vizinho resultou numa escassa produção de literatura sobre a relação entre os dois países, geralmente focada em três principais temas: a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a questão fundiária com a presença dos brasiguaios e a instalação de empresas brasileiras sob regime de maquila no país. Por consequência, poucos são os trabalhos que tentam fazer uma avaliação geral das relações entre Brasil e Paraguai, especialmente nos períodos mais

recentes, havendo principalmente uma lacuna no que se refere a interpretações marxistas sobre essa relação.

Em razão do exposto, este artigo objetiva realizar uma apresentação geral de como foram as relações do Brasil com o Paraguai entre os anos de 2003 até 2022 e analisar o desenvolvimento desta partir da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas. As justificativas para a escolha desta periodização são por abranger governos que tiveram distinções na forma de se relacionar com o vizinho, por ser um haver uma maior diversificação nas pautas entre os dois países e por ser um período em que se tem estudos mais consolidados sobre a relação bilateral.

Compreende-se que o desenvolvimento da relação entre os dois países e os temas prioritários abordados em cada governo está relacionado a qual é a fração hegemônica no bloco no poder em cada período. Assim propomos periodizar a relação em dois momentos: Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016) e, o que denominamos de, Neoliberal-Securitário (2016-2022). No primeiro, período em que a burguesia interna detém a hegemonia no bloco no poder, a relação com o Paraguai vai abordar temas para além da pauta econômico-comercial e haverá mais abertura para dialogo e cessão para demandas paraguaias; enquanto no segundo, quando a burguesia associada for fração hegemônica, a relação com o vizinho vai ser focada, quase que única e exclusivamente, em pautas econômicas, comercias e de segurança e o Brasil adotará uma posição mais rígida e inflexível frente as demandas do vizinho.

Esse artigo utilizará fontes bibliográficas, principalmente artigos, dissertações e teses, como também fontes documentais, acordos assinados entre os dois países e documentos oficiais do governos e dados sobre investimentos brasileiros no Paraguai. Por fim, o artigo está dividido, para além dessa introdução, em mais quatro partes: apresentação da Teoria Marxista do Estado de Poulantzas e sua contribuição para a análise da política externa, bloco no poder e política externa brasileira do período, relações Brasil-Paraguai e bloco no poder e encerrando com uma breve conclusão.

Teoria Marxista do Estado de Poulantzas

Entende-se que a Teoria Marxista do Estado de Poulantzas pode melhor oferecer explicações sobre análise de política externa, devido ao entendimento mais aprofundado que ela proporciona sobre a atuação do Estado e das classes dominantes na política externa, a partir dos conflitos políticos e econômicos entre as classes e frações de classe no interior de uma formação social (Berringer, 2014). Somado a esse maior entendimento ela também rompe com pressupostos do realismo-analítico da existência de um “interesse

nacional” único e da primazia do Estado como ator único da formulação da política externa, afirmando que essa esconde por meio do discurso de “interesse nacional” o nível econômico na análise do papel do Estado em sua atuação internacional, que, por fim, encobre o próprio caráter de classe que o Estado representa (Amaral, 2007). Com base nisso serão expostos a seguir alguns conceitos importantes que servirão de base para realizar a análise das políticas externas.

O conceito de bloco no poder foi criado por Poulantzas para expressar as relações entre as classes e frações de classe dominantes e o Estado, entendendo que a divisão do capital nas diversas frações fazia com que a burguesia lutasse entre si na busca pelos seus interesses econômicos imediatos e incapacitando de se organizarem politicamente (Berringer, 2014), cabendo ao Estado a tarefa de organizar os interesses políticos da classe dominantes, sendo eles a manutenção das estruturas das relações de produção e a organização da dominação de classes e suas relações em um bloco de classes no poder, satisfazendo prioritariamente os interesses de uma fração ou classe (Poulantzas, 1978). Portanto, segundo Poulantzas (2019, p.306) “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica”, sendo a fração hegemônica aquela detém em seu controle o poder de Estado e consegue priorizar seus interesses específicos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, ou segundo Berringer (2014), de política externa, podendo controlar, influenciar e se beneficiar das políticas governamentais (Poulantzas, 2019).

Como dito anteriormente para Poulantzas existem frações de classe na burguesia, que podem ser divididas de acordo com suas relações no nível econômico, político, ideológico, suas relações de produção e o relacionamento entre todos esses, por sua vez essas frações poderiam se unir por interesses em comum para rejeitar ou apoiar politicas estatais (Berringer, 2014). No que se refere a relações internacionais e aos Estados dependentes do sistema capitalista, a classe dominante é fracionada de acordo com sua relação com o capital imperialista e as classes dominadas. Os Estados dependentes apresentam três tipos de burguesias, caracterizadas pela origem de seu capital e seus posicionamentos ideológicos e políticos em relação ao imperialismo, sendo elas: burguesia compradora, burguesia nacional e burguesia interna. (Berringer, 2014). A depender de qual destas for a fração hegemônica no bloco no poder a atuação internacional do Estado refletirá os interesses desta.

A burguesia compradora pode ser definida como uma fração que não apresenta base própria de acumulação de capital e atua como intermediária do capital imperialista estrangeiro, sendo ligada economicamente, politicamente e ideologicamente ao

imperialismo (Poulantzas, 1978). Portanto “essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação de seus interesses com os interesses externos” (Farias, 2009, p.87). Esta fração é composta principalmente por oligarquias de grandes latifundiários e pelos setores financeiros, bancários, comerciais e setores da indústria totalmente dependentes e adota uma posição de subordinação passiva ao imperialismo (Berringer, 2014; Farias, 2009)

A burguesia nacional é a fração autóctone da burguesia que tem base de acumulação própria e apresenta graus e tipos de contradição com o capital imperialista estrangeiro, assim ocupando na estrutura ideológica e política um lugar de relativa autonomia e apresentando unidade própria (Poulantzas, 1978). Segundo Poulantzas (1978, p.76) “a burguesia nacional é suscetível, em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de liberação nacional, de adotar posições de classe que a incluem no “povo”, e então passível de certo tipo de aliança com as massas populares”. Nesta fração tende a se localizar produtores voltados para o mercado interno e que tem preocupação com a distribuição de renda. (Farias, 2009)

A burguesia interna é a fração que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora, ela apresenta base de acumulação própria, mas também tem em seu centro a dependência de capital externo, podendo ter contradições pontuais com o imperialismo, porém não adotando posições de autonomia ou independência (Poulantzas, 1978). Esta fração tenta limitar a presença do capital estrangeiro no mercado nacional, com intuito de garantir sua sobrevivência, entretanto não tem como intenção romper com o capital imperialista, adotando a postura de subordinação conflitiva, apresentando conflitos pontuais com o imperialismo (Berringer, 2014). Somado à isso, essa fração apresenta um comportamento pendular, no qual em momentos em que se constitui como fração hegemônica há a possibilidade de realizar concessões as classes dominadas ou formar uma frente política com essas (Martuscelli, 2018). Esta fração é composta por setores da indústria de bens de consumo, indústrias de construção, setores que dependem da industrialização ou serviços (Berringer, 2014).

Em relação às classes dominadas, há de se destacar que elas não influenciam fortemente a formulação da política externa, mas por meio de alianças ou participação em frentes políticas com frações das classes dominantes, podem apoiar as políticas tomadas pela fração hegemônica por serem de interesses das classes dominadas, um exemplo disso pode ser política de proteção à indústria nacional frente ao mercado externo. No caso de aliança as classes dominadas se tornam classe-apoio e auxiliam na luta anti-imperialista, já

no caso de uma frente política é uma relação mais fluída e nem sempre feita de maneira consciente e, portanto, a força dessa relação é menor (Berringer, 2014).

Bloco no Poder e Política Externa Brasileira

Em 2002 com a vitória de Lula para a presidência há duas grandes modificações importantes na política nacional. Houve a ascensão da grande burguesia interna a posição de fração hegemônica no bloco no poder e a formação de uma frente política entre a nova fração hegemônica e os principais setores das classes populares, sendo esta frente denominada de frente neodesenvolvimentista[1] (Boito Jr e Berringer, 2013). No período em que a frente esteve no poder (2003 até 2016) foram atendidos os interesses das forças que a integram, priorizando os da grande burguesia interna. Isto se refletiu no plano econômico na adoção de políticas que visavam o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, como:

> (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. (Boito Jr e Berringer, 2013, p.32)

Em relação a política externa do período Lula, ela se pautou nas relações com Estados dependentes (as relações sul-sul) por meio de criação de coalizões internacionais, fortalecimento do processo de integração regional, crítica às assimetrias de poder e desigualdades nas regras das organizações internacionais e a reincorporação da busca pelo desenvolvimento com elemento central da inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, os interesses internacionais da grande burguesia interna, sendo eles o apoio do estado na conquista de novos mercados para exportação de capital e mercadorias, prioridade de seus produtos e serviços nas compras estatais e maior proteção do Estado para com o mercado interno, foram responsáveis por e contemplados pela atuação internacional do Estado brasileiro (Berringer, 2014).

Exemplos da atuação internacional do Brasil foram: criação do fórum IBAS, luta pela reforma do conselho de segurança da ONU, formação do G-20 comercial para resistir a pressão dos desenvolvidos nas negociações da Rodada Doha da OMC, fortalecimento do MERCOSUL, criação da UNASUL e da CELAC, expansão das relações com os Estados africanos e do oriente médio, crítica ao FMI e a sua política de austeridade e

1 Segundo Boito Jr e Berringer (2013) essa frente política é ampla, heterogênea e repleta de contradições, sendo representada pelo Partido dos Trabalhadores e formada pela grande burguesia interna (força dirigente), baixa classe média, operariado urbano, campesinato e a massa marginal.

condicionalidade, entre outros. O Estado brasileiro nesse período buscou maior autonomia internacional para tomar ações que atendessem os interesses econômicos da grande burguesia interna, incluindo conflitos pontuais com os EUA, como no caso das críticas a invasão do Iraque, o acordo nuclear com o Irã e o arquivamento da ALCA, podendo interpretar a posição política do Estado Brasileiro como de subordinação conflitiva (Berringer, 2014).

A respeito do governo Dilma, entende-se que este da continuidade a política externa do governo Lula, havendo a manutenção da postura de subordinação conflitiva com o imperialismo e privilegiando os interesses da grande burguesia interna (Berringer, 2023). Essa postura pode ser verificada pelas seguintes ações tomadas durante o governo Dilma: apresentação da ideia de “Responsabilidade ao Proteger”, votou contra a resolução da ONU que previa o uso de força na Síria em 2013, aprovou uma resolução na ONU sobre proteção internacional de dados após a revelação de espionagem por parte dos EUA, continuação do fortalecimento da integração regional com a incorporação da Venezuela e a admissão da Bolívia no MERCOSUL e o avanço na consolidação dos BRICS com o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reserva em 2014.

Entretanto, comparado ao governo Lula, houve uma maior limitação da atuação internacional brasileira, advindo do cenário econômico internacional em desaceleração resultante da crise econômica de 2008, como também pelo novo papel da China na política internacional e na América do Sul, o acirramento do conflito EUA e China, a ofensiva imperialista dos EUA contra os governos neodesenvolvimentistas da América Latina e o surgimento de movimentos e governos de extrema-direita em diversos países (Berringer, 2023).

Após o golpe contra a Dilma Rousseff em agosto de 2016, Michel Temer ascende à presidência com um programa político neoliberal chamado “Uma Ponte para o Futuro”, assinalando uma transição na hegemonia no bloco no poder, com a burguesia associada ocupando o papel de fração hegemônica, e evidenciando a adesão de parte da burguesia industrial ao programa da frente neoliberal ortodoxa. Essa mudança no bloco no poder refletiu-se nas políticas do governo Temer, como as privatizações, as reformas trabalhista e previdenciária e a implementação do teto de gastos.

No campo da política externa a postura adotada pelo governo Temer foi a de subordinação passiva, com uma inserção internacional alinhada aos Estados Unidos. Berringer e Forlini (2018) vão apontar como exemplos de ações tomadas que refletem esse posicionamento: I) a reaproximação com os EUA, envolvendo a renegociação do acordo de uso da base de Alcântara, treinamento conjunto das forças armadas na Amazônia e a venda

da Embraer para a Boeing; II) interesse renovado na renegociação do acordo MERCOSUL-UE; III) desconstrução do processo de integração regional, com o retorno do MERCOSUL ao modelo de regionalismo aberto, a paralisação e suspensão da participação do Brasil na UNASUL e a adesão brasileira ao Grupo de Lima em oposição a Venezuela; IV) o esvaziamento do conteúdo político dos BRICS; V) encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; VI) sinalizações de subordinação que vão na contramão da política externa dos governos petistas, com a candidatura do Brasil para entrar na OCDE a adesão do protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP), entre outras.

Em seguida com a ascensão do governo Bolsonaro, há a continuação da estrutura do bloco no poder, com a manutenção da burguesia associada como fração hegemônica, tendo em vista a continuação das políticas de privatização vindas de Temer, como também a indicação do economista neoliberal Paulo Guedes para o ministério da economia, os leilões dos campos de pré-sal, a privatização da Eletrobras, manutenção da política de preço paridade internacional (PPI), entre outros. Entretanto, há um diferencial do governo Bolsonaro em relação à Temer, seu governo pode ser considerado como neofascista tendo como sua base e classe-apoio[2] um movimento de massa da alta classe média neofascista que teve seu embrião nos protestos em prol da deposição do governo Dilma (Boito Jr, 2021).

Em relação a política externa de Bolsonaro, este deu continuidade a subordinação passiva, entretanto devido ao caráter neofascista de seu governo refletidas na inserção internacional do Estado brasileiro e as rupturas que ele estabelece com a tradição diplomática brasileira, caracteriza-se a postura como subordinação passiva com características neofascistas (Souza, 2023). Este diferencia-se da subordinação passiva tradicional, vista nos governos FHC e Temer. Ao mesmo tempo que mantém o atendimento prioritário aos interesses da burguesia associada, o alinhamento com o imperialismo e a defesa da abertura comercial, diferencia-se se pela presença da classe média fascistizada, cumprindo os interesses ideológicos dessa junto à crítica dos valores hegemônicos do Sistema Internacional ligados aos direitos humanos, meio ambiente e democracia liberal (Souza, 2023). Nesse sentido a política externa de Bolsonaro é marcada por essa contradição de interesses da grande burguesia e a classe média fascistizada, resultando na dicotomia entre os interesses econômicos da primeira e os interesses ideológicos da

2 Segundo Poulantzas (2019), a classe-apoio é uma classe que serve como base de um determinado regime político por motivações ideológicas, não tendo, necessariamente, seus interesses contemplados pelo governo, o que as diferencia das classes aliadas, que recebem concessões em troca de apoio ao governo

segunda, o que faz o o governo adotar uma política externa com características neofascistas.

Dentre os exemplos para justificar essa caracterização se destacam alguns: alinhamento automático e ideológico ao governo de Donald Trump, sendo essa a principal diretriz da política externa no governo Bolsonaro; existência de um nacionalismo às avessas[3] com a manutenção da candidatura a OCDE, com o país abrindo mão do tratamento especial e diferenciado na OMC, continuação da negociação do acordo MERCOSUL-UE, entrega da Base de Lançamentos Aeroespaciais de Alcântara para os EUA; utilização das representações do Estado brasileiro organismos internacionais de Direitos Humanos para difusão de ideologia de extrema-direita; rejeição a pauta ambiental, obstruindo arranjos multilaterais sobre o tema; tensionamentos na relação com a China; ideologia do americanismo, com a criação de um ideário no qual os EUA aparecem para alta classe média como modo de vida a ser seguido e exemplo de modernidade (Souza, 2023).

Relações Brasil-Paraguai e Bloco no Poder

Historicamente as relações entre Brasil e Paraguai forma marcadas por períodos de distanciamento e aproximação, sendo que a partir da assinatura do tratado de Itaipu em 1973 resulta em uma aproximação constante entre os dois países, ligados predominantemente pela Usina de Itaipu. Entretanto, isso não significa dizer que essa relação não teve seus altos e baixos, como será demonstrado a seguir, sendo a forma que esse relacionamento toma predominantemente determinado pelas relações de classe internas aos Estados brasileiros e paraguaios[4]. Estes momentos de altos e baixos podem ser vistos no período de 2003 à 2022, onde é possível ver tanto uma forte aproximação e cooperação em determinados momentos, enquanto em outros se apresentam conflitos e distanciamentos.

O governo Lula vai abordar três governos paraguaios: o final do governo de Luis Macchi, o governo inteiro de Nicanor Duarte Frutos e a primeira metade do governo Fernando Lugo. Este período é marcado princialmente pela cooperação bilateral, o incremento das relações comerciais e a revisão do tratado de Itaipu em 2009. No campo da cooperação bilateral foram realizados inúmeros projetos sinalizando para uma ampliação da agenda bilateral com a entrada de temas sociais e humanitários, dentre esses projetos

3 “Trata-se de uma política que privilegia o conteúdo retórico do nacionalismo, mas é marcada pelo alinhamento aos EUA e a defesa de um neoliberalismo extremado. Essa análise é corroborada pela agenda ampla de liberalização comercial e cessão da soberania.” (Souza, 2023, p.62)

4 Destaca-se que este trabalho apenas olhará para o Brasil, devido à facilidade de trabalhar com fontes e análises de classe sobre esse país, mas compreendemos que para uma análise completa da situação é necessário uma grande pesquisa sobre as frações de classe e bloco no poder no Paraguai.

podemos destacar: a instituição do programa Bolsa-Escola nos perímetros de atuação de Itaipu Binacional; projetos de assistência a pessoas com HIV/AIDS no Paraguai; a incorporação de temas sociais e ambientais à missão de Itaipu, cooperação técnica em desenvolvimento agrário, ciência, gestão de políticas públicas, capacitação profissional; além de medidas para estimular investimentos brasileiro no país vizinho (Paula, 2014). Destaca-se que durante o período do governo Lula com o governo Duarte Frutos, houve pequenos tensionamentos da relação, relacionados ao acordo militar entre o Paraguai e os EUA, envolvendo o deslocamento de tropas e aviões estadunidenses para o país, além dos históricos reclamos paraguaios sobre a Usina de Itaipu, que demandavam a revisão da dívida da construção da usina. Estas ações fizeram com que o Brasil sentisse a necessidade de "atrair o Paraguai para sua esfera de influência, proporcionando condições satisfatórias para que o país pudesse manter seu interesse na integração" (Paula, 2014, p.92). Tendo isto em vista, em 2005, atualiza-se as bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, com o fator multiplicado do valor pago pela cessão de energia passando de 4,0 para 5,1, e, nos anos seguinte, intensificaram ainda mais as relações bilaterais com mais acordos firmados no campo da cooperação e, especialmente, no âmbito comercial, com ênfase na integração e complementação produtiva, a disposição de instituições brasileiras, como BNDES EMBRAPA e INPE, no financiamento e realização de obras de infraestrutura e projetos de cooperação, além da criação de linha de crédito brasileira para o investimento direto no Paraguai (Paula, 2014).

Entretanto com a eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai, pautado em um discurso de reivindicatório em relação a Itaipu, surge um desfaio na relação entre os dois países. Lugo tinha como pautas o combate à extrema pobreza e à corrupção, priorização da saúde e educação, reforma agrária e recuperação da soberania nacional (Almeida, 2015). Neste último encontra-se a reivindicação de renegociação do tratado de Itaipu, que era visto por Lugo como uma forma de trazer desenvolvimento econômico para o país e reduzir desigualdades sociais (Toledo, 2015). Havia, segundo Codas (2011), seis reivindicações paraguaias: soberania energética, preço justo pela energia adquirida, revisão da dívida de Itaipu e eliminação de sua parte ilegítima, cogestão partidária plena na direção da usina, transparência e controle público das contas de Itaipu e realização das obras faltantes.

Após alguns meses de negociação foi alcançado em 2009, atendendo algumas das reivindicações paraguaias, uma revisão do tratado, que foi consolidado em um documento chamado "Construindo uma nova etapa nas relações bilaterais", atendendo a grande maioria das reivindicações paraguaias. Como disposto no documento: ficou acordado que haveria

uma triplicação do valor pago pela energia, a ANDE (Administración Nacional de Eletricidad) teria o direito de gradualmente comercializar a energia paraguaia em território brasileiro sem intermediação da ELETROBRAS, foi comentada a possibilidade de venda de eletricidade para países terceiros em 2023, seria aberto uma auditoria para ver a questão da dívida, consolidação da cogestão sobre Itaipu, e, por fim, o Brasil se compromete em construir as obras faltantes como uma linha de transmissão de até Villa Hayes e uma nova subestação seccionadora, entre outras, com o intuito de fazer com que o Paraguai consuma mais energia (Brasil-Paraguai, 2009).

Ainda durante o período que Fernando Lugo (2008-2012) esteve como presidente, mais projetos de cooperação bilateral foram assinados entre Brasil e Paraguai, dentro os quais se destacam um de auxílio no combate à corrupção e de fortalecimento de mecanismo de controle da administração pública e o projeto de cooperação na área de segurança pública e combate ao tráfico de drogas (Espósito Neto e Paula, 2015).

Todavia, as relações Brasil-Paraguai seriam estremecidas e sofreriam um grande desgaste a partir do golpe parlamentar sofrido por Fernando Lugo em 2012, levando o então vice-presidente Frederico Franco a assumir como Presidente da República. O Brasil entendeu que o processo de "*impeachment*" violou o direito de ampla defesa e do contraditório de Lugo, resultando no país apoiar a imposição de sanções políticas ao Paraguai no âmbito do MERCOSUL e UNASUL com base nos Protocolos de Ushuaia e Ushuaia 2, entretanto não apoiou a aplicação de sanções econômicos, como também não cortou investimentos e financiamento de projetos de cooperação, entretanto não houve renovação ou implementação de novas iniciativas e os investimentos privados brasileiros no país foram temporariamente paralisados (Espósito Neto e Paula, 2015). Soma-se a isso a aprovação da adesão da Venezuela no MERCOSUL, sem a ratificação da decisão pelo Paraguai, já que estava suspenso do bloco, abalando ainda mais as relações bilateral, sendo considerada como uma afronta à sua soberania. Em retaliação o governo paraguaio começa a fazer oposição aos interesses brasileiros em órgãos multilaterais, não apoiando a eleição candidato brasileiro para o cargo de secretário-geral da OMC, e buscou diversificar suas relações a fim de reduzir sua dependência do MERCOSUL, demonstrando interesse em aderir à Aliança do Pacífico e participar das negociações do *Trade in Services Agreement* (Tisa) (Espósito Neto e Frachini, 2022).

Com a eleição de Horácio Cartes, em 2013 no Paraguai, as relações voltam a normalidade, com o retorno do país as instituições regionais, dando fim ao período de tensionamento e distanciamento e a volta de um processo de reaproximação e restauração de confiança, porém neste período houve uma maior ênfase nas relações econômico-

comerciais e cooperação na área de segurança, divergindo do período do governo Lula, no qual a agenda temática também abrangia temas ambientais e sociais (Espósito Neto e Frachini, 2022). Nesse período de reaproximação o congresso paraguaio aprovou a entrada da Venezuela no MERCOSUL e o o governo Paraguaio reforçou a disposição do país em receber investimentos e fazer negócios com o empresariado brasileiro, havendo um contínuo crescimento no comércio bilateral entre os dois países, retomando patamares anteriores ao golpe e apresentando maior presença de produtos industrializados e de maior valor agregado, além de um crescimento nos investimentos externos brasileiros (Espósito Neto e Franchini, 2022, p.14-15). Por fim, esse período também apresenta um maior desenvolvimento das pautas securitárias na relação bilateral, com o avanço do Sisforn e o estabelecimento do "Mecanismo 2+2 de Consulta Política e Avaliação Estratégica" visando o intercambio de informações e coordenação de cooperação e iniciativas militares (Espósito Neto e Franchini, 2022).

O *impeachment* da Dilma e a chegada de Temer a presidência do Brasil, representaram uma mudança no bloco no poder, com a burguesia associada tornando-se a fração hegemônica e liderando a frente neoliberal ortodoxa. Essa mudança, por sua vez, gerou consequências na agenda temática da relação com o Paraguai, sendo dominada principalmente por temas econômicos e de segurança e a defesa do regionalismo aberto como modelo de integração regional. É possível se constatar essa alteração desde o início do novo mandato no comunicado conjunto da visita do presidente do Brasil ao Paraguai no dia 04 de outubro de 2016, em que se enfatizou o fortalecimento das relações comerciais e de investimentos entre os dois países, a intensificação da cooperação no campo da defesa e segurança pública e o interesse mútuo da volta do MERCOSUL à pautas econômico-comerciais, especialmente na agenda externa comercial (Brasil, 2016). Corroborando ainda mais essa mudança de foco da agenda do governo brasileiro com o vizinho é possível citar: o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul (Mercosul, 2017a); acordo sobre troca de informações sobre fabricação e tráfico ilícito de armas de fogo (Mercosul, 2017b); na visita do presidente Horácio Cartes ao Brasil, em 21 de agosto de 2017, reenfatizaram a importância dos temas comerciais e securitários, com menções positivas a retomada das negociações do acordo MERCOSUL-UE (Brasil, 2017); a realização da VI reunião da Comissão Mista Brasil-Paraguai sobre Drogas e Temas Conexos; a participação dos dois países na formação do Grupo de Lima; a votação conjunta em prol da suspensão da Venezuela do MERCOSUL; e, por fim, ambos os países contribuíram para o enfraquecimento e esvaziamento da UNASUL suspendendo suas atividades na organização.

Em 2018 ambos os países tiveram eleições presidenciais, com Bolsonaro sendo eleito no Brasil e Mario Abdo Benítez no Paraguai. No que diz respeito a relação bilateral nesse período de 2019 à 2022, há uma continuidade com o período anterior, em que o foco da relação se mantém nos temas econômicos, comerciais e securitários. Exemplos que corroboram esta continuidade são os acordos firmados no âmbito do Mercosul sobre facilitação de comércio e cooperação policial nos espaços fronteiriços (Mercosul, 2019a, 2019b), que indicam a manutenção de um modelo de regionalismo aberto no bloco; em declaração conjunta na visita de Mario Abdo ao Brasil em 12 de março de 2019, os presidentes reafirmaram a cooperação na questão securitária, defesa do modelo de regionalismo aberto para o MERCOSUL e reconhecimento de Juan Guaidó como legítimo presidente da Venezuela (Brasil, 2019); a saída da UNASUL e a criação do PROSUL;e a assinatura do Acordo de Complementação Econômica nº74 e Acordo Automotivo em 2020 (Brasil, 2020).

Deve se destacar que para além desses acordos, neste período também houve uma crise relativo a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que ficou conhecida como Crise da Ata Bilateral Secreta de 2019.

Em 2019 foi deflagrada uma crise política no Paraguai após uma ata secreta sobre Itaipu tornar-se pública quase levando ao impeachment do presidente Mario Abdo Benítez. A questão se inicia com o governo brasileiro acusando o vizinho de fazer uma manobra fiscal para revender energia mais cara para o Brasil (Schreiber, 2019), com isso os dois governos firmam, em maio do mesmo ano, um acordo secreto em que impunha ao Paraguai que a projeção de consumo de energia de Itaipu pelo país fosse gradualmente elevada durante o período de 2020 até 2022 (Brasil-Paraguai, 2019), acarretando num aumento da conta de luz para a população paraguaia. Entretanto o acordo não havia sido assinado pelo Paraguai até julho e o governo brasileiro começa a exercer pressão sobre o governo paraguaio para que o acordo fosse assinado, com o presidente Mario Abdo afirmando que o Brasil havia congelado relações com o Paraguai por não cumprir o que foi firmado (ABC Color, 2019), porém o presidente da ANDE se recusa a assinar por ser um acordo prejudicial ao país e se demite do cargo. Somado a isso o documento vai a público e os jornais locais publicam mensagens de conversas do presidente, as quais ele afirma que sabe dos prejuízos do acordo e pressiona o ex-presidente da ANDE a assinar (ABC Color, 2019). A população paraguaia ao saber do acordo organiza protestos e inicia-se um processo de *impeachment* no congresso contra Mario Abdo, que rapidamente volta atrás no acordo para evitar a destituição. O governo Brasileiro também adota a mesma posição, pois

vê como menos grave manter o problema sobre Itaipu do que ter uma crise política ou a queda de um aliado no país vizinho (Schreiber, 2019).

Conclusões

Ao olharmos para o todo o período analisado é possível perceber que a forma como se desenvolveu a relação Brasil-Paraguai atendeu diretamente os interesses da fração hegemônica no bloco no poder em cada período. Portanto, aqui propomos uma forma diferente de periodizar essa relação com base nesse arcabouço teórico analítico, dividindo ele em dois momentos: o Neodesenvolvimentista-Multidimensional (2003-2016) e o Neoliberal-Securitário (2016-2022)

Entre os anos 2003 e 2016, na fase Neodesenvolvimentista-Multidimensional, a grande burguesia interna e as outras classes da frente neodesenvolvimentista tiveram seus interesses prioritariamente atendidos, havendo a abertura de novos mercados e maior cooperação em temas sociais na agenda bilateral. Isto é comprovado tendo em vista que os acordos firmados nesse período atendiam os interesses de conquistar novos mercados para a exportação de capitais, produtos e serviços, como visto pelos acordos mencionados, especialmente aqueles que visam a integração produtiva e o financiamento de obras no país. Para além disso mais um exemplo desse privilégios aos interesses da grande burguesia interna foi o crescimento das exportações brasileiras nesse período, que segundo dados do Comexstat, partiram de US$707.089.065,00 em 2003 e chegaram em seu auge em 2014 no valor de US$3.193.506.727,00 (Brasil, 2023). Ao olharmos para os dados do banco central paraguaio percebemos o mesmo processo de crescimento do investimento brasileiro no Paraguai, saltando de um estoque de US$52.559.392 em 2003 e atingindo seu auge, nesse período, em 2014 com US$ 825.366.650 investidos no país (Paraguai, 2022). Interessante notar que, mesmo quando a grande burguesia interna reclamou na revisão dos acordos de Itaipu, em razão do aumento do valor pago na compra da energia, o Estado atendeu seus interesses como visto pelo aumento das exportações e dos investimentos e como demonstraram as próprias instituições representantes dessa fração, como no com a FIESP incentivando seus membros a investirem ou instalarem empresas no vizinho devido ao baixo custo de energia e folha de pagamento (FIESP, 2013). Destaca-se que, como apontam Berringer e Ferreira (2021), a burguesia interna da mesma forma que pode formar frentes e ou alianças pontuais com as classes populares ela pode também aceitar a ampliação das dimensões sociais da integração, atendendo parte das demandas das classes populares, como visto pelos diversos projetos de cooperação bilateral assinados entre o Brasil e o Paraguai, refletindo uma relação bilateral que se encaixa no também nos moldes do regionalismo multidimensional realizado no mesmo período.

Já no período que classificamos como, o que definimos de, Neoliberal-Securitário, entre os anos de 2016 a 2022 os interesses da burguesia associada e dos outros componentes da frente neoliberal ortodoxa foram priorizadas com ênfase, quase exclusivamente, em temas econômico-comerciais e securitários. Isto pode ser visto na acordos firmados nessa época tanto na relação bilateral como no âmbito do Mercosul, no qual foram firmados acordos para facilitação de investimento, comércio e segurança, além de posições conjuntas em relação a crise na Venezuela, a saída conjunta da UNASUL e a criação do PROSUL, o abandono da política de cooperação em temas sociais como eixo importante do relacionamento bilateral, e a defesa do retorno ao modelo de regionalismo aberto no Mercosul. Neste período o comércio apresenta, no primeiro momento, uma queda em comparação ao período anterior devido a crise econômica no Brasil, com as exportações caindo ao valor de US$ 2.220.841.458 em 2016, entretanto ao longo do período elas voltam a crescer novamente chegando em 2022 ao valor de US$ 3.519.019.653 (Brasil, 2023). Em comparação ao olharmos para o fluxo de investimento brasileiro no Paraguai percebemos um rápido e contínuo crescimento, saindo de um estoque de US$ 757.912.613 em 2016 para US$ 1.017.061.534 em 2022 (Paraguai, 2022). No que tange à Itaipu, houve a questão da Crise da Ata Bilateral Secreta de 2019, em que o governo brasileiro pressionou o governo vizinho a aumentar projeção de consumo de energia da Usina de Itaipu encarecendo a tarifa de energia paga pelo vizinho, havendo quase nenhum espaço para negociação nessa questão demonstrando uma posição mais rígida e inflexível frente as demandas do vizinho, só havendo uma flexibilidade frente a questão após o quase impeachment de um aliado regional do governo Bolsonaro. Similarmente ao período anterior, outros integrantes da frente neoliberal ortodoxa também tiveram sues interesses atendidos nesse momento da relação bilateral. Tanto a classe média, na figura de classe-apoio, e os militares, como grupo influente na administração federal nos governos Temer e Bolsonaro, forma contemplados pelo foco na agenda securitária, tanto pela pauta ideológica da defesa de um recrudescimento no combate a corrupção e ao crime organizado, no caso do primeiro, como pelo interesse do segundo em aprofundar a cooperação em matéria militar e de inteligência com regimes conservadores da região. Ao mesmo tempo é possível notar a redução de acordos em temas sociais no relacionamento bilateral, causada tanto por um distanciamento do governo em relação a região, como também pela alteração da fração hegemônica no bloco no poder e a frente neoliberal ortodoxa por ela composta, que advoga, segundo Hirst e Maciel (2022), pela preservação dos mercados regionais, contudo havendo uma redução compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas.

Referencias:

ABC COLOR. Los reveladores mensajes alrededor del acuerdo secreto. ABC Color, 6 ago. 2019. Disponível em: https://www.abc.com.py/nacionales/2019/08/06/los-reveladores-mensajes-alrededor-del-acuerdo-secreto/. Acesso em: 28 abr. 2021

ALMEIDA, Giordano Sousa de. Renegociação do Tratado de Itaípu entre Lugo e Lula. 2015. 386 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

AMARAL, O. do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 4, p. 125–135, 2007. DOI: 10.20396/cemarx.v0i4.10814. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10814. Acesso em: 3 set. 2021.

BERRINGER, Tatiana. Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula. 2014. 223 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281111>. Acesso em: 24 ago. 2021

BERRINGER, T. Política externa, burguesia interna e a crise política nos governos Dilma (2011-2016). Conjuntura Austral, [S. l.], v. 14, n. 67, p. 44–56, 2023. DOI: 10.22456/2178-8839.132078. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/132078. Acesso em: 14 nov. 2023.

BERRINGER, Tatiana; FERREIRA, Mariana Davi. “Classes Sociais, política externa e integração regional”. In PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (orgs). Teoria das relações internacionais - contribuições marxistas. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. Conjuntura Austral, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 48, p. 5-19, dez. 2018. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BOITO JR., Armando e BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política. 2013, v. 21, n. 47, pp. 31-38. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>. Acesso em: 30/09/2021

BOITO JR., Armando. Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p.e021009, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2023 Comex Stat. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98534. Acesso em: 26/11/2023

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2020. ". Assinatura do Acordo de Complementação Econômica Nº 74 e do Acordo Automotivo entre o Brasil e o Paraguai – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 11/02/2020", Brasília, 11 de fevereiro de 2020. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 126. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/Resenhan126PrimeiroSemestre2020.pdf Acesso em: 25/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2016. "Visita do Presidente da República ao Paraguai – Comunicado Conjunto", Assunção, 4 de outubro de 2016. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 119. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-2-2016.pdf. Acesso em: 21/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2017. "Comunicado conjunto por ocasião da visita de estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil 21/08/2017", Brasília, 21 de agosto de 2017. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 121. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N121_1sem_2017.pdf. Acesso em: 21/02/2024

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2019. "Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 12/03/19", Brasília, 12 de março de 2019. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 124. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-124-primeiro-semestre-de-2019.pdf. Acesso em: 25/02/2024

BRASIL-PARAGUAI. 2009. Declaração Conjunta "Construindo uma nova etapa na relação bilateral". 25/05/2009. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/nota-do-ministerio-de-relacoes-exteriores. Acesso em: 23/11/20.

BRASIL-PARAGUAI. Ata Bilateral. 24 de maio de 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/08/ActaBilateral-BR-Paraguai-Itaipu-24maio2019.pdf. Acesso em: 28/04/21

CODAS, Gustavo. El Acuerdo Lugo-Lula del 25 de Julio de 2009 y la nueva relación bilateral Paraguay-Brasil. IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos Textos Acadêmicos. p.95-114, 2011.

ESPÓSITO Neto, Tomaz; PAULA, Orlando F. 2015. “Um balanço das Relações Brasileiro-Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012)”. In Thomaz, Laís Forti; Mathias, Suzeley Kalil & Oliveira, Marcelo Fernandes de. (Org.). Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior, 1ed. Marília: Editora Cultura Acadêmica.

ESPÓSITO NETO, T.; FRANCHI, T. As relações brasileiro-paraguaias de Dilma a Temer (2011-2018): uma parceria estratégica em (des)construção?. Carta Internacional, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e1187, 2022. DOI: 10.21530/ci.v17n1.2022.1187. Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1187. Acesso em: 20 jan. 2023.

ESTADO DE MINAS. Acordo de Itaipu prevê aumento na compra de energia pelo Paraguai até 2022. Estado de Minas, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/12/17/internas_economia,1108824/ acordo-de-itaipu-preve-aumento-na-compra-de-energia-pelo-paraguai-ate.shtml. Acesso em: 30 out. 2020.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 28, p. 81-98, 2009.

FIESP. Em seminário na FIESP, fundação apresenta vantagens de investir no Paraguai. FIESP, São Paulo, 03 abril 2013. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/noticias/emseminario-na-fiesp-fundacao-apresenta-vantagens-de-investir-no-paraguai/. Acesso em: 07 março 2022.

HIRST, M.; MACIEL, T. Brazil’s Foreign Policy in the time of the Bolsonaro Government. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771. Acesso em: 26 mar. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo. “Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro”. Crítica Marxista. Campinas. n. 47, p. 55-73, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37995207/Burguesia_interna_e_capitalismo_dependente_uma_reflex%C3 %A3o_a_partir_dos_casos_argentino_e_brasileiro.

MERCOSUL. Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do MERCOSUL. 2019a. Bento Gonçalves. “Sistema Concórdia”. Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12376 . Acesso em: 25/02/2024

MERCOSUL. Acordo sobre Facilitação do Comércio do MERCOSUL. 2019b. Bento Gonçalves. “Sistema Concórdia”. Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12365 . Acesso em: 25/02/2024

MERCOSUL. Acordo entre os Estados partes do Mercosul e os Estados Associados para o Intercâmbio de Informação sobre a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições Explosivos e Outros Materiais Relacionados. 2017b. Mendoza. “Sistema Concórdia”. Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12040. Acesso em: 21/02/2024

MERCOSUL. Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul. 2017a. Buenos Aires. “Sistema Concórdia”. Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11984. Acesso em: 21/02/2024

PARAGUAI. Banco Central del Paraguay. Inversión Directa. 2022. (Ex Inversión Extranjera Directa). Disponível em: https://www.bcp.gov.py/inversion-directa-ex-inversion-extranjera-directa-i378. Acesso em: 26/11/2023

PAULA, Orlando Fernandes de. O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática de Itaipu: 2003-2010. 2014. 156 f. Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/122048>.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. ed.2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.368

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p.368

SCHREIBER, Mariana. Impeachment no Paraguai: entenda a crise envolvendo Itaipu e o governo Bolsonaro. BBC News Brasil, Brasília, 6 ago. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49259262. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOUZA, Ricardo Alves de. A política externa do governo Bolsonaro e o neofascismo. 15/02/2023. 118 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12572496. Acesso em: 16 nov. 2023.

TOLEDO, Sara Basilio de. Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu. 2015. 204 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.